

**O AGRONEGÓCIO DO NEODESENVOLVIMENTISMO AGRÁRIO OU A
AGROECOLOGIA CRÍTICA? O Meio Ambiente para a Educação em Ciências sob a
perspectiva da luta de classes**

**AGRIBUSINESS OF THE NEO-DEVELOPMENTALISM AGRARIAN OR
CRITICAL AGROECOLOGY The environment as theme in Science Education and
under the perspective of class conflict**

Alexandre Maia do Bomfim

Professor, Doutor em Ciências Humanas – Educação, Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (PROPEC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Rua Coronel Délio Menezes Porto, 1045, Centro. 26530-060, Nilópolis-RJ, alexandre.bomfim@ifrj.edu.br.

Resumo

Este artigo advém de uma pesquisa de pós-doutorado intitulada “*O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes*”. Aqui tratamos da parte teórica-estrutural da pesquisa que fizemos entre março de 2020 e março de 2021, preparação para um trabalho de campo que teria como foco: analisar a expansão do território do agronegócio brasileiro. Refletimos uma política econômica-agrária (e consequentemente ambiental) que vem sendo construída no Brasil desde os momentos finais do século XX, em que, até contrariando o conceito de desenvolvimentismo, vem indicando um processo de reprimarização à economia brasileira. Refletimos sobre as consequências ambientais impostas por esse novo tipo de “desenvolvimentismo” e tangenciamos suas implicações educacionais. Procuramos fazer isso sob a perspectiva teórica de uma Educação Ambiental Crítica que pressupõe fazer a análise sob a perspectiva da luta de classes e sob o pressuposto que o sistema capitalista é estruturalmente responsável pela degradação ambiental. A proposta também foi entregar à Educação em Ciências um estudo que demonstrasse a inevitabilidade da dimensão política para a construção do conhecimento, no caso, que considerasse os diferentes interesses em questão dentro de um conflito socioambiental.

Palavras-chave: Meio ambiente e educação. Neodesenvolvimentismo agrário. Agroecologia crítica.

Abstract

This article comes from a post-doctoral research entitled “*Agribusiness and its trail of lies and destruction: a study on work-education and environment under the perspective of class conflict*”. Here we deal with the theoretical-structural part of the research we carried out between March 2020 and March 2021, preparation for field work that would focus on: analyzing the expansion of the territory of Brazilian agribusiness. We reflect an economic-agrarian (and consequently environmental) policy that has been built in Brazil since the final moments of the 20th century, in which, even contradicting the concept of developmentalism, it has been indicating a process of reprimarization of the Brazilian economy. We reflect on the environmental consequences imposed by this new type of “developmentalism” and touch on its educational implications. We tried to do this from the theoretical perspective of a Critical Environmental Education that presupposes doing the analysis from the perspective of class struggle and under the assumption that the capitalist system is structurally responsible for environmental degradation. The proposal was also to deliver to Science Education a study that would demonstrate the inevitability of the political dimension for the construction of knowledge, in this case, that would consider the different interests in question within a socio-environmental conflict.

Keywords: Environment and education. Agrarian neo-developmentalism. Critical agroecology.

1. INTRODUÇÃO

As práticas de produção e distribuição do sistema do capital na agricultura não prometem, para quem quer que seja, um futuro muito bom... (István Mészáros, 2002).

É bem possível que alguns leitores deste artigo reajam com desconfiança ao título, especialmente ao subtítulo, dentre esses poderá haver quem considere excessivamente ideológico, ainda nessa fração haverá também os que vão se opor previamente... Claro que, não se tratando de uma proposta positivista de pesquisa, carregamos o pressuposto de que nosso estudo, nossa reflexão e ação possuem posicionamento político. Não obstante, um estudo científico não compreende seu lugar político na sociedade à revelia dos fatos, porque precisa considerar o contexto, pressupor a história, procurar a materialidade para se constituir e se confirmar. Entendemos que há espaço para interpretações dos fatos, como reconhecemos que os conceitos são disputados e consideramos que em muitos *fronts* haverá o debate, ou seja, defendemos o debate científico. Entretanto, não há debate científico com quem não quer a pesquisa, com quem dolosamente deturpa a realidade, deturpa as ideias e as pessoas.

Em algum momento cogitamos em rever esse subtítulo, talvez diminuindo para algo do tipo: “o Meio Ambiente para a Educação em Ciências”; ou colocando um “mas”: “o Meio Ambiente para a Educação em Ciências, mas sob a perspectiva da luta de classes”. Não obstante, se assim fizéssemos descaracterizaria nossa reflexão, pois não pressupor o conflito de interesses das classes é que cria as aporias e inconsistências.

Este artigo advém de uma pesquisa de pós-doutorado intitulada “O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes” que fizemos entre março de 2020 e março de 2021, que teve como foco: as implicações socioambientais e educacionais por conta da expansão do agronegócio no Brasil. Para chegarmos ao resultado de nossa pesquisa conversamos com pessoas, fotografamos o mundo das coisas (a materialidade concreta), fizemos leituras e releituras, fizemos análises, refletimos e, por fim, inferimos: o agronegócio é um dos caminhos excludentes praticado pelo capitalismo periférico, subordinado e dependente, beneficia uma fração pequena da sociedade, marca sua influência sobre o Estado e a mídia para a manutenção de seus interesses. Este artigo é parte de um estudo que mostra o quanto o agronegócio, *grosso modo*, é concentrador de riquezas (por isso é excludente e aumenta a desigualdade), não tem o humano como centro (“capitalcentrista”), é destruidor da natureza (antiecológico), exerce força hegemônica sobre o Estado e sobre os meios de comunicação.

Curiosamente foi no lugar em que o agronegócio tentou se fazer mais presente, mais sedutor e onde buscou ir além de suas fronteiras que nos fez despertar a vontade de construir nossa crítica: em suas campanhas publicitárias. Nesse lugar em que os meios de comunicação são cooptados ou simplesmente assumem sua convergência política com esse setor que entendemos a urgência de realizar uma educação contra-hegemônica.

Quando assistimos à campanha “Agro, a Indústria-Riqueza do Brasil” da Rede Globo a favor do agronegócio, vemos, evidentemente, que o seu primeiro propósito é dar apoio a um dos principais setores da economia, participante direto e de forma significativa do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Essa campanha possui um tratamento muito sofisticado, potencializa as benfeitorias advindas do agronegócio, caracteriza positivamente toda uma rede que começaria por um setor agrário único (ou ao menos integrado) e prosseguiria para além dele; iria do campo passando pela agroindústria até a indústria de base, à indústria de consumo, até os serviços. É uma rede que vai do território nacional até o exterior, que, curiosa e caprichosamente, liga o latifúndio à agricultura familiar. Tudo isso com uma apresentação estética muito bem-feita.

A própria mega-publicidade que urge para o agronegócio é reveladora do quanto o setor precisa engendrar novas necessidades, construir aceitação, para exatamente velar seus elementos contraditórios, supérfluos, destruidores, porque, como diria Löwy,

(...) O critério, para distinguir uma necessidade autêntica de uma necessidade artificial, seria sua permanência depois da supressão da publicidade. Está claro que durante certo tempo os antigos hábitos de consumo persistirão porque ninguém tem o direito de dizer às pessoas do que elas precisam. (2009, p. 47)

A insistente propaganda do agronegócio não deve ser tomada somente pelo que quer mostrar, mas pelo que não quer mostrar, pelo que quer esconder. Dessa forma, partimos com esta proposta de estudar criticamente esse “projeto desenvolvimentista agrário”, que seria pesquisar (e denunciar) as fronteiras e as mazelas que esse tipo de desenvolvimentismo traz ao país, caracterizado:(a) pela reprimarização da economia, (b) dispensa de força de trabalho para as cidades, (c) pelo ataque à natureza, (d) pelo atrelamento ao capital financeiro internacional, (e) por não ter um projeto de nação, (f) por não ter compromisso com a segurança alimentar de sua própria população.

Nosso pano de fundo para este estudo é demonstrar que a atuação degradadora sobre natureza e sobre os trabalhadores é braço estendido do agronegócio, mesmo o higienizado,

porque é a vocação desse setor no Brasil, e que mesmo o dito setor *clean*¹ também quer no fundo a mesma coisa: o avanço das fronteiras agrícolas! Esses seriam alguns dos limites impostos por um tipo de desenvolvimento de capitalismo à maneira do agronegócio: (i) não tem condições de melhorar significativamente a vida dos trabalhadores porque possui um modelo agrário-exportador excludente; (ii) só pode propor ao trabalhador uma “educação até certo ponto”; (iii) precisa de uma propaganda ideológica extensiva e massificante para esconder seus efeitos nefastos por longo prazo.

Os “apologetas” desse projeto desenvolvimentista agrário específico podem sempre dizer que não são responsáveis pelas atrocidades que aparecem na franja do sistema, pois pertenceriam ao núcleo organizado, distante dos latifundiários escravocratas, dos degradadores da natureza, dos garimpos e das madeiras ilegais etc. Caso acatássemos essa linha de argumentação deles, talvez não atingíssemos com a pesquisa os empresários do *agrobusiness*, que não se colocariam como “senhores de engenho da atualidade”. Apesar deles, eis aí nossa hipótese-de-trabalho, nosso fio condutor: o sucesso do capitalismo baseado no desenvolvimentismo agrário é nocivo para a própria sociedade, para o trabalhador, para o meio ambiente e tem implicações sérias à educação².

Destarte, neste artigo fazemos alguns ajustes conceituais, para dar nossos contornos para “desenvolvimentismo”, “neodesenvolvimentismo”, “neodesenvolvimentismo agrário”, relacionando-os às questões de ambiente, trabalho e educação. Para em seguida tentar fazer uma reflexão que considere um contraponto ao agronegócio, que aqui chamamos (ainda cautelosamente) de “agroecologia crítica”.

2. NEODESENVOLVIMENTISMO DO TIPO AGRÁRIO

Em estudos anteriores³, estivemos desafiados a tentar compreender a Educação Ambiental (EA) frente a uma nova roupagem do desenvolvimentismo. Um tipo de

¹ Emblemática é uma reportagem da própria imprensa hegemônica, realizada pelo Jornal O Globo intitulada: “Fundo do Desmate – bancos repassaram 165 milhões para empresas com áreas embargadas na Amazônia”, em que mostra a ligação de empresas apontadas, sobretudo pelo IBAMA, como degradadoras do meio ambiente e que continuam recebendo vultosos empréstimos bancários de bancos, como o BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL, BANCO DA AMAZÔNIA etc. (cf. Prazeres & Portinari, 2019).

²(...) Desde 2001, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) passou a difundir o agronegócio por meio do programa de educação ambiental “Agronegócio na escola”, desenvolvido na rede pública de ensino de diversos municípios do estado de São Paulo. (Lamosa & Loureiro, 2014, p. 533)

³ O projeto guarda-chuva do GPTEEA: “A QUESTÃO AMBIENTAL ENTRE O DESENVOLVIMENTISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO: estudo sobre os limites do capitalismo brasileiro na fronteira do agronegócio com a questão ambiental”, apoiado pelo programa do IFRJ, chamado de Prociência, por três anos. Projeto que deu suporte a vários outros projetos de orientandos e proporcionou inúmeras publicações desde

desenvolvimentismo identificado por alguns como “novo desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentismo” (cf. Almeida, 2012; Bresser-Pereira, 2013; Cepêda, 2012) que cresceu exatamente no período do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder. Na verdade, o mote do estudo anterior nos deixou uma emblemática passagem do presidente Lula de 2008, em que a questão do consumo foi colocada não apenas como a ponta final de uma estrutura econômica, mas como um item estruturante da estabilidade e do bom desempenho econômico da sociedade:

[O trabalhador] pensa assim: eu não vou fazer a compra porque eu tenho medo de perder o emprego. O que eu quero dizer é que ele corre o risco de perder o emprego, se ele não comprar porque ele não comprando o comércio não encomenda para indústria, que não produz, e sem produzir, não tem emprego [na indústria] [Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2008, sobre a crise que abateu a economia mundial no final da primeira década do sec. XXI] (Bomfim, 2010, p. 11).

Para a Educação Ambiental que se propõe Crítica, denunciar as mazelas humanas que aparecem com a degradação ambiental e atrelá-las à sociedade consumista e desenvolvimentista é algo que vai se constituindo e vai se avolumando em teoria e prática, mas, ao mesmo tempo, vai parecendo ser inócuo. Mesmo porque a busca por desenvolvimento, mesmo no capitalismo, parece unir boa parte da direita e boa parte da esquerda, liberais e progressistas. E em relação ao consumismo, vale a questão: *como construir uma crítica com potencial poder de transformação diante desse “consumismo” (não o consumismo evidentemente patológico) que se impõe a nós como algo indispensável e estruturante de nossa economia, de nossos trabalhos e reprodução de nossas próprias vidas?* Quando um governo de base mais popular, como foram os governos do período do Partido dos Trabalhadores, sob a determinação do modo de produção capitalista à época, continuou a propor um modelo desenvolvimentista para o país, quais foram as implicações disso sobre os trabalhadores, sobre o meio ambiente e sobre a educação?

O “neodesenvolvimentismo” recrudescer exatamente nos governos petistas, mas, qual seriam suas diferenças básicas em relação ao conceito de sempre de “desenvolvimentismo” clássico? Primeiro, vale lembrar os três elementos da tríade principal que caracterizariam o conceito desenvolvimentismo: “intervencionismo estatal”; “industrialismo” e “nacionalismo” (Bresser-Pereira, 2016; Pochman, 2013). De maneira geral, esses três

2016. Vale registrar aqui alguns artigos advindos a partir desse projeto guarda-chuva: “Educação Ambiental crítica e arte participativa: a construção de reflexão e ação em uma escola da Baixada Fluminense” (Nunes & Bomfim, 2018); “Educação Ambiental e Participação: a necessária atuação nos fóruns de gestão ambiental (Andrade & Bomfim, 2018);

elementos perpassam vários discursos políticos, porém é mais comumente ligado ao viés de direita (com os ingredientes do livre mercado e estímulo privatista). Isso não significa que essa tríade não estivesse nos discursos de políticos à esquerda, porém foi pelo caminho de intensificar o intervencionismo a favor da diminuição da desigualdade que alguns autores começaram a propor a revisão do termo, criando “neo ou novo desenvolvimentismo” ou mesmo “social desenvolvimentismo” (cf. Mercadante, 2010) para essa suposta nova fase. Não obstante, de maneira geral, nem o conceito clássico e nem o novo propõem ruptura com o modo de produção capitalista (seja mais à direita, seja mais à esquerda), geralmente possuem uma tendência de propor isso à sociedade muito a partir de grupo específico de estudiosos (*think tank*) – o que indica ser em muitos casos uma proposta de pouca aderência. Outro elemento que essa nova definição de desenvolvimentismo trouxe foi a dimensão ambiental, Mercadante (2010) chegar a dizer:

O país reúne condições extremamente favoráveis para se colocar na vanguarda da conciliação entre o equilíbrio ambiental e o direito ao desenvolvimento. Temos matriz energética relativamente limpa e uma das maiores biodiversidades do planeta. Estamos à frente no uso de algumas energias renováveis e temos condições de estimular o uso mundial de biocombustíveis, sem prejudicar a produção de alimentos e a preservação dos biomas (p. 393).

Entretanto esse elemento previsto, o da sustentabilidade, pode-se dizer, foi o menos experimentado (historicamente e até mesmo para o período dos governos petistas) e ficou só no anúncio⁴. A perspectiva mais crítica para o termo neodesenvolvimentismo foi encontrada em Boito Jr. e Berringer (2013):

*O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal. Convém destacar seis diferenças. O neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma **reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro**; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veledade de agir como força anti-imperialista (grifos nossos, p. 32)*

Quer dizer, para Boito Jr. e Berringer (2013), o neodesenvolvimentismo é “um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor [o desenvolvimentismo]” (p.32). Sem podermos entrar muito no mérito agora, reconhecendo que há uma disputa sobre o

⁴ “[o neodesenvolvimentismo] nas suas fases iniciais é apenas econômico, mas depois, graças à luta dos trabalhadores ou dos pobres, tende a ser democrático e social, e mais tarde ainda, ambiental (Bresser-Pereira, 2013, p. 23)”.

conceito por diferentes atores, destacamos essa dimensão que Boito Jr. e Berringer registraram de que há uma “reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro”. Nesse lugar que convergimos parte de nossa pesquisa, porque vemos que esse elemento recrudescer de tal maneira nas primeiras décadas do século XXI que seus impactos precisam ser reavaliados.

É nesse contexto histórico-social-político que nossa reflexão segue: o que restaria ao conceito de neodesenvolvimentismo? Há apenas um “nacionalismo” retórico? O “industrialismo” está esvaindo? Desistiu-se de uma “intervenção estatal a favor também da diminuição da desigualdade”? O aceno à “sustentabilidade ambiental” proposto pelos governos petistas resistirá ao contra-ataque dos setores do agronegócio? E a questão mais grave porque está parecendo ser de longa duração e de não estar restrita ao governo reacionário de Bolsonaro: como ficam elementos do neodesenvolvimentismo diante dessa reprimarização da economia que estamos experimentando nos últimos anos?

2.1 O que seria um neodesenvolvimentismo do tipo agrário, um oxímoro?

Uma característica muito forte obtida pela economia brasileira dos últimos trinta anos, que só vem se acentuando, que passou por governos tanto de direita, quanto de esquerda foi: o processo de “re-primarização”. Processo que se caracteriza em aumentar a fração da produção ligada ao setor primário no Produto Interno Bruto (PIB). A história do Brasil é de fato a história do setor primário, das atividades do campo, dos produtos advindos dos extrativismos (vegetal e mineral), da agricultura e da agropecuária. Foi dessa forma que nos constituímos, foram os ciclos de produtos agrícolas e os vários momentos de extrativismo que imprimiram marcas contundentes em nossa organização geográfica, estabeleceram muito de nossas fronteiras, exigiram ora ferrovias e ora estradas, trouxeram mão-de-obra de lugares distantes, estabeleceram as características de nossas classes sociais e a distância entre elas etc. Apesar dessa origem, apesar dessas características presentes na maior parte de nossa história, no século XX, houve espaço para alguma alteração nesse sentido, porque a população definitivamente migrou para as cidades, porque a industrialização aconteceu e porque os empregos foram se constituindo muito mais nos setores secundário e terciário da economia. Então, por que tanto estamos falando em “reprimarização” da economia brasileira em pleno século XXI? E mais, é possível ver relação dessa reprimarização com o conceito de desenvolvimentismo? O termo “neodesenvolvimentismo agrário” não deveria ser um oxímoro?

Ainda que possa haver um ou outro estudioso crítico que defenda esse termo, talvez até por estar noutras bases, aqui, considerando nossa construção, entendemos que “neodesenvolvimentismo agrário” é um oxímoro. Porque, apesar de todas as críticas que teríamos ao desenvolvimentismo, ao neodesenvolvimentismo, que estariam ainda sob os ditames do capitalismo global, limitados a uma forma subordinada e periférica, o “neodesenvolvimentismo do tipo agrário” se apresenta ainda mais nocivo, por ser um caminho pior para o Brasil. Isso porque esse “neodesenvolvimentismo do tipo agrário” é mais excludente, entre vários pontos, vale destacar que: dispensa mão de obra a favor de um maquinário de tecnologia importada; é desindustrializante, porque só prossegue até os primeiros momentos da indústria (a que processa os itens advindos do setor primário); não tem projeto de nação, porque se atrela principalmente aos interesses do mercado global; até quer a participação do Estado, mas de forma antiliberal e antidemocrática, a favor apenas de sua fração de classe dominante; é excessivamente expansionista e antiecológico etc.

3. CONTRAPONTO AO AGRONEGÓCIO: na direção da Agroecologia dos assentamentos

O conceito de Agroecologia não é tão fácil de ser trabalhado, na verdade, vem se mostrando muito polissêmico. Pode ser visto como um conceito (guarda-chuva) que abarcaria muitas ideias diferenciadas, alternativas, para a produção agrícola e para a pecuária, considerando o meio ambiente, que, em tese, passaria por caminhos que fossem diferentes da monocultura, do excesso de agrotóxicos, passaria pela agricultura familiar, contaria com o conhecimento e a cultura de povos tradicionais, teria como meta menos degradação. Altieri (1987) propôs essa definição para a Agroecologia: “[a atividade que busca] as bases científicas para uma agricultura alternativa” (p.38). Em muitas situações a Agroecologia não almeja uma crítica implacável à sociedade capitalista, por vezes propõe caminhos conciliatórios, assim como por outras vezes propõe a busca de uma sociedade alternativa que nos parece também apartada. De qualquer modo, tem a seu favor, em essa definição de origem, um elemento que nos parece importante, garantidor do processo dialético: a busca pelo conhecimento sobre uma base científica!

A Agroecologia, nesse sentido, sofre e tem os mesmos desafios que a Educação (especialmente a formal) de enfrentar a organização de poder e manutenção da sociedade capitalista por dentro. Então, como ser revolucionária dentro de travas tão poderosas? A Educação formal, de maneira geral, está mais para a reprodução da sociedade do que para

sua transformação, principalmente quando não enxerga sobre/em si mesma esses mecanismos⁵. O desenvolvimento da Agroecologia é sim muito importante, pois é a experimentação necessária e urgente para o que pode vir a ser a nova estrutura de uma agricultura e agropecuária de novo tipo. Não obstante, a Agroecologia precisa se aproximar das críticas que Ellen Meiksins Wood faz:

Depois que o mercado se estabelece como uma "disciplina" ou um "regulador" econômico, depois que os agentes econômicos passam a depender do mercado para obter as condições de sua própria reprodução, até os trabalhadores que são donos dos meios de produção, individual ou coletivamente, ficam obrigados a responder aos imperativos do mercado – a competir e a acumular, a deixar que as empresas não-competitivas e seus trabalhadores vão à falência, e a se tornarem exploradores, eles mesmos (2001, p. 127)

Um caminho crítico para construção da Agroecologia é compreender que sua consolidação está associada à luta política estrutural contra o que é estabelecido pelo “sistema do capital” (Mészáros, 2002), no caso e no momento, contra o agronegócio. E se assim não for, estará na situação paliativa que Rosa de Luxemburgo já denunciava no início do século XX, quando criticava as propostas revisionistas para o capitalismo que mais poderiam atrapalhar do que ajudar, pois não observavam que:

(...) na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. (...) Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve. Estes são os fatos (Luxemburgo, 1990, p. 87)

Nesse sentido, considerando as críticas de Luxemburgo e Meiksins Wood, a Agroecologia se posicionará revolucionária quando enxergar as outras frentes revolucionárias da sociedade. Numa tentativa de exemplificar isso, poderíamos trazer uma pergunta: o que vem primeiro, a luta pela Reforma Agrária ou a luta pelo “desenvolvimento” da Agroecologia? O mínimo que podemos dizer é que: o desenvolvimento da Agroecologia sem a luta pela Reforma Agrária nos parece nada transformador. Assim, sem desejar reivindicar mais um elemento a ser acrescentado ao conceito, podemos nos simplificar que queremos uma: Agroecologia que esteja em contraposição ao agronegócio, sem conciliação! A materialidade dessa Agroecologia vem se apresentando nos assentamentos, construída por

⁵A pedagogia revolucionária é crítica. E por ser crítica, sabe-se condicionada. Longe de entender a educação como determinante principal das transformações sociais, reconhece ser ela elemento secundário e determinado. Entretanto, longe de pensar, como o faz a concepção crítico-reprodutivista que a educação é determinada unidirecionalmente pela estrutura social dissolvendo-se a sua especificidade, entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. (Saviani, 1987, p. 68)

trabalhadoras e trabalhadores que buscam se associar coletivamente e resistem às determinações do mercado, resistem à concentração do poder, resistem à tentação de explorar outros trabalhadores em situação de precarização.

4. ALGUMAS INFERÊNCIAS: implicações à Educação Crítica

Cada palavra tem a sua consequência, cada silêncio, também (Jean-Paul Sartre).

Antes de nossas “considerações finais”, vale lembrar que este breve artigo pressupõe uma pesquisa maior e que para outras oportunidades poderemos mostrar resultados ainda mais contundentes à educação. O que fizemos aqui foi a leitura panorâmica da realidade, pretendemos uma reflexão teórica sim, mas sobre a realidade concreta. Não obstante, tangenciaremos itens que já podem se demonstrado aqui como implicações à educação, considerando a leitura econômica, socioambiental e política que fizemos.

Uma vez posta a realidade concreta, podemos prosseguir com uma análise mais próxima da educação, inclusive da educação formal. Tentamos evitar os estudos que hipostasiam o problema, ou como diria Bourdieu, evitar os estudos (muito comum em educação) que se concentram em “caixas vazias”⁶, que não conseguem ver que o item focado se deve a algo maior (como quando estudar a evasão escolar se considere, por exemplo, a violência ou até políticas de Estado). Destarte, abaixo vamos sintetizar algumas conquistas efetivas, nossas apreensões singulares, em que tentamos não ir além da reflexão teórica deste artigo.

Começamos com a primeira inferência, de que *o termo “neodesenvolvimentismo agrário” é um oxímoro*. Nossa análise panorâmica contribuiu para entendermos o projeto de expansão do agronegócio dentro de uma sociedade de capitalismo periférico. Foi possível enxergar isso a partir das políticas de macro desenvolvimento que os governantes brasileiros fizeram nos últimos 30 anos. Fomos estudando o conceito de “desenvolvimentismo”, principalmente por sua potência enquanto projeto de nação (porque não se restringe às propostas regionalistas) e vimos que essa caracterização foi obtendo alterações importantes, ao ponto de ressignificar o conceito inicial de “desenvolvimentismo”. Vimos que a proposta

⁶ Vale uma passagem sua: “Penso que, em sociologia, muita gente trabalha em caixas vazias. Porque o essencial dos fatores explicativos está do lado de fora, muito longe. Por exemplo: você estuda os problemas escolares num subúrbio, mas o problema está na Escola Nacional de Administração (ENA). Se você estuda violência numa favela ou num subúrbio de Amsterdã, o problema pode estar no FMI. Sei que estou exagerando, mas acredito que é preciso chamar a atenção para esses fatos” (Bourdieu, 2002, p. 33).

de reprimarização é na verdade um processo de “modernização conservadora”⁷. Alcançamos que *agroecologia sem a luta pela reforma agrária não é transformadora*. Esse resultado teórico é certamente encontrável noutros trabalhos de outros autores, mas vale destacar aqui nossas especificidades (como correlacionar à reforma agrária) e porque esse será um item importante para o argumento que se construiu no restante do texto, **para afirmar isso: a agroecologia tem outro projeto societário e, portanto, é inconciliável com o agronegócio**. Esse caminho teórico nos permitiu ver uma possibilidade para os espaços formativos: que a construção de uma educação crítica se dá *em contrapor ao que vem do agronegócio, em desmitificar o conteúdo advindo por seus meios de comunicação e propostas de formação*. E depois disso propor finalmente caminhos alternativos (*como a educação que se deseja para uma agroecologia crítica*).

Com o que refletimos aqui, pode-se dizer que o *agronegócio é antagônico ao ambiente* e que uma *Educação Ambiental Crítica (EA-Crítica) deve se posicionar contrária ao sistema do capital*. A “Educação Ambiental Crítica” se encontra num posicionamento antagônico ao agronegócio e se processa tendo como pressuposto o conflito socioambiental. Alcançamos também que as atividades alternativas (agroecologia, agricultura familiar, agricultura orgânica, agrofloresta) ao agronegócio—nossas “inspirações emancipadoras” —não podem aceitar conciliação para um mesmo projeto de sociedade.

Por fim, confirmamos que a *Educação Ambiental (EA) que interessa é a que tem como pressuposto a luta de classes e se encontra atenta e contrária à pedagogia do agronegócio*, essa pedagogia que busca alienar os trabalhadores, tanto daqueles que produzem, dos que usufruem e até dos que sofrem. Os pesquisadores, educadores e militantes dessa EA-Crítica devem marcar seu encontro no conflito socioambiental, ainda que por entradas diferentes, porque é nesse lugar estão postos os desafios, como também as possibilidades de entender o problema e de enxergar a saída...

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: com muitas epígrafes

Até que tenhamos coragem de reconhecer crueldade pelo que ela é - seja a vítima um animal humano ou não humano - não podemos esperar que as coisas melhorem neste mundo... não podemos ter paz vivendo entre homens cujos corações se deleitam em matar criaturas vivas. Para cada ato que glorifica o prazer de matar, estamos atrasando o progresso da humanidade (Rachel Carson).

⁷ Termo utilizado por variados autores para apontar como setores postos inicialmente como primários ou atrasados se revestem para se mostrar mais avançados (cf. Pires & Ramos, 2009).

A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável "força motriz da História" que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes (Euclides de Cunha).

A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa (Karl Marx).

O agronegócio deve ser freado. Essa é a conclusão urgente a que chegamos. O agronegócio é nocivo e tende a permanecer assim por muito tempo. Mesmo que haja alguma fração dentro desse setor que potencialmente seja menos destruidor da natureza, não será sua parte hegemônica tão cedo. O agronegócio, em última instância, não acolherá a agroecologia, porque são propostas antagônicas e, mesmo que por um tempo acolha a agricultura familiar, sua vocação será sempre de concentração de renda e poder. Temos a consciência que esse tipo de conclusão é perigoso de deflagrar, porque é atrair inimigos (e em nosso tempo atual sob uma racionalidade truculenta dos poderosos). Mas, isso não é nada diferente do que já aconteceu na história, como foi com a Rachel Carson, quando simplesmente mostrou seus estudos em seu clássico livro “Primavera Silenciosa”, tendo que pagar um preço muito alto, quando foi difamada pela indústria química americana de todas as formas. *Fazer ciência é uma atividade de risco.* Essa é uma outra inferência que trazemos para a Educação em Ciências. No ritmo de destruição que temos no Brasil provocado pelas atividades do setor primário – além da agricultura e a criação de animais, temos a mineração, o extrativismo e o desmatamento – não teremos só uma primavera silenciosa, mas todas as estações estarão nessa situação.

Possivelmente há um tipo de produtor/empresário do agronegócio que não entende o que estamos anunciando aqui, pois pensa (e de fato pode ter ocorrido assim): percorri minha história com trabalho, investimento, ousadia, cumprindo as leis ambientais e trabalhistas, como posso estar ligado a um agronegócio dito nocivo? Então, Karl Marx tinha como melhor amigo Friedrich Engels, um burguês, filho de um grande industrial em sua época. Apesar disso, não foram complacentes e construíram as críticas mais vorazes ao sistema social burguês. Essas são as próprias contradições que precisamos enfrentar em nossa vida social. Sobre isso, vale um trecho (além do que já coloquei na epígrafe) do Marx em “18 de Brumário de Louis Bonaparte”: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (...)” (Marx, 1984) Ou seja, mesmo que em nossas próprias trajetórias estejam em papéis previamente dados, isso

não pode ser a desculpa prévia para deixarmos de enxergar a estrutura de exploração e violência da qual participamos e as contradições que aí encontramos... O agronegócio *clean* é face que esconde e legitima o agronegócio nocivo.

O estudo que fizemos aqui (e que depois nos levaria ao interior do Brasil) fez com que me lembrasse da cruzada feita por Euclides da Cunha quando foi retratar a batalha de Canudos. Euclides da Cunha, entusiasta republicano, foi tentar reportar o que passava no interior do Brasil, preconceituosamente, partiu achando que se tratava de um levante monarquista. Seu contato com aquela realidade demonstrou que não, era na verdade a tentativa de um povo se organizar e seguir sua vida, independentemente de um Estado, que em vez de o apoiar, só lhe devolvia mais violência. Outro preconceito, Euclides da Cunha não conseguiu dirimir, talvez fosse um olhar muito difícil para se obter à época (marcada pelo naturalismo e cientificismo), que encontramos em sua nota preliminar (de 1901) para seu livro “Os sertões” [que está em uma de nossas epígrafes acima], vale um trechinho: “a civilização avançará (...)no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (Cunha, 1984). Essa ideia de tentar entender o movimento histórico através do que ele chama de “raças fracas” ou “raças fortes” é um equívoco abissal, caminho pavimentado inclusive para que a humanidade experimentasse no século XX os regimes fascistas. A “luta de classes” sim é o motor da história, mas se materializou e continuará se materializando de diferentes formas, formas que serão identificadas pelos homens e mulheres da época e que marcaram e marcarão os conflitos. Não obstante, há algo que devemos salientar nessa visão preconceituosa de Cunha, parece-nos que ela permanece forte em nossas elites predadoras ou “elites do atraso”, como diz Jessé Souza (2018), porque continuam a olhar para os Sertões como terras a serem dominadas e como terras onde se encontram os povos diferentes que precisam ser esmagados... O que nos faz ter a vontade de acrescentar algo à frase de Marx, também do “18 Brumário”: “a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” e a terceira como uma ‘*tragédia anunciada*’...

6. REFERÊNCIAS

Almeida, L. F. R. (2012). Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/05.pdf>.
[ISSN 0101-6628](http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/05.pdf).

Altieri, M.A. (1987). *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture*. Colorado: Westview Press, Boulder.

Andrade, J. C. & Bomfim, A. M. (2018). Educação Ambiental e Participação: a necessária atuação nos fóruns de gestão ambiental. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v.35, p.228-247. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7747>.

Boito Jr., A. & Berringer, T. (2013). Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos lula e Dilma. *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA*. v. 21, nº 47: 31-38 set.

Bomfim, A. M. (2011). Educação Ambiental para Além do Capital: balanço de estudos e alguns apontamentos à EA sob a perspectiva do Trabalho. Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental – GPTEEA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. In: *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, ano 9, nº 13. Edição especial. Rio de Janeiro, UFF.

Bomfim, A. M. (2011b). Trabalho, Meio Ambiente e Educação: apontamentos à Educação Ambiental a partir da Filosofia da Práxis. *Revista Labor*. Fortaleza. n. 5, v. 1. Disponível em: http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume5/1_Alexandre_Maia_Bonfim.pdf

Bomfim, A. M. O (2010). (Sub) Desenvolvimento (In)Sustentável: A Questão Ambiental nos países periféricos latino-americanos. In: *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, ano 8, nº 10. Rio de Janeiro, UFF.

Bourdieu. P. (2002). *Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro, EdUERj.

Bresser-Pereira, L. C. (2013). Empresários, o Governo do PT e o Desenvolvimentismo. *Revista de Sociologia e Política*. V. 21, Nº 47: 21-29. Paraná. SET. ISSN 0104-4478.

Bresser-Pereira, L. C. (2016). Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. *Revista de Economia Política*, v.36, n.2, p. 237-265.

Carson. R. (1969). *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Cepêda, V. A. (2012). Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Estudos Avançados*. vol.26 no.75 São Paulo May/Aug. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000200006&script=sci_arttext. ISSN 0103-4014.

Cunha, E. (1984). *Os Sertões*. São Paulo: Três.

Lamosa, R.& Loureiro, C. F. B. (2014). Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 533-554, abr./jun.

Löwy, M. (2009). Ecosocialismo e planejamento democrático. *Crítica Marxista*, n.28, p.35-50. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf

Luxemburgo, R. (1990). *Reforma Social ou Revolução?* 2 ed. São Paulo: Global Editora.

- Marx, K. (1984). *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. 2. ed. Lisboa: Avante. [1852].
- Mercadante, A. (2010). *As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, p. 356.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. Campinas-SP: Boitempo.
- Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Nunes, L. S. R., Bomfim, A. M. & Rôças, G. (2018). Educação Ambiental crítica e arte participativa: a construção de reflexão e ação em uma escola da Baixada Fluminense. *Revista Amazônia – Revista de Educação em Ciências e Matemática (UFPA)*, v.14, p.42 - 58. ISSN (versão online): 2317-5125. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/5921>
- Pires, M. J. S.; Ramos, P. (2009). O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*. Volume 40, nº 03, julho - setembro.
- Pochmann, M. (2013). Desafios do desenvolvimento brasileiro. *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 124, p. 705–722.
- Prazeres, L.; Portinari, N. (2019). Fundo do Desmate – bancos repassaram 165 milhões para empresas com áreas embargadas na Amazônia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 20 de outubro, Caderno Sociedade, p. 43.
- Saviani, D. (1987). *Escola e Democracia*. 19 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Souza, J. (2019). *A Elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Estação Brasil. Rio de Janeiro: Editora Sextante.
- Wood, E. M. (2001). *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores.